

A União Europeia ajuda a apagar fogos

Artigo de Opinião



Sofia Colares Alves,
Chefe da Representação da
Comissão Europeia em Portugal

Nos últimos anos registaram-se na Europa catástrofes naturais e de origem humana graves: incêndios florestais, inundações, tempestades e sismos causaram a perda de vidas humanas - mais de 100 em 2018. Até recentemente, o Mecanismo Europeu de Proteção Civil baseava-se num sistema em que a União Europeia coordenava as contribuições voluntárias dos Estados Membros participantes destinadas a ajudar os países que tinham solicitado assistência. Mas as condições climáticas extremas e outros fenó-

menos dos últimos anos puseram à prova a capacidade de entreaajuda dos Estados-Membros, sobretudo quando vários são confrontados simultaneamente com o mesmo tipo de catástrofe. Nestes casos, em que existe pouca ou nenhuma disponibilidade de recursos, a UE não dispunha de reservas para ajudar os Estados-Membros que já tinham esgotado a sua capacidade de resposta. Para proteger melhor os cidadãos em situação de perigo, o novo RescEU (mecanismo de Proteção Civil) reforçou a partir de

maio de 2019 a capacidade coletiva da União para prevenir, preparar e responder às catástrofes. Impulsionado pela experiência traumática que Portugal e a Grécia viveram em 2016 e 2017, o RescEU passou a disponibilizar uma frota de combate a incêndios a nível europeu. Quando necessário, os países europeus têm ao dispor sete aviões e seis helicópteros: dois aviões da Croácia, um de França, dois de Itália, dois de Espanha e seis helicópteros da Suécia. Mas, sem prevenção, nenhum equipamento é suficiente. Durante o

verão, o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da UE (CCRE), que funciona 24 horas por dia, foi reforçado com uma equipa de apoio aos incêndios florestais que partilha informações sobre o risco de incêndio em toda a Europa. O sistema de satélites Copernicus da UE está a ser utilizado para cartografar as emergências resultantes de incêndios florestais. Nos últimos meses, foram realizados vários exercícios práticos de incêndios florestais e proteção civil com peritos e equipas de salvamento de vários

países da EU, nomeadamente na ilha de Cres e em Split (na Croácia), e em Aix-en-Provence (França). O RescEU faz-nos evoluir de uma lógica de coordenação nacional para uma lógica de verdadeira solidariedade europeia, particularmente importante para Portugal onde, infelizmente, a devastação foi incalculável. É por isso que o RescEU nos deve orgulhar: nenhum país consegue lidar com estas catástrofes sozinho. E nestas circunstâncias difíceis, a UE tem que fazer a diferença.

Quer comentar este artigo?
Escreva para: europe-direct-aveiro@aeu.eu

Defesa do consumidor

o Airbnb coopera com a Comissão Europeia e as autoridades de defesa do consumidor da UE

A Comissão Europeia anunciou que, em resultado das negociações com o Airbnb, a plataforma melhorou e clarificou plenamente a forma como apresenta as ofertas de alojamento aos consumidores, que passaram agora a estar em conformidade com as normas estabelecidas na legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. Este é o resultado do apelo da Comissão Europeia e das

autoridades de defesa do consumidor da UE em julho de 2018.

A comissária responsável pela Justiça, Consumidores e Igualdade de Género, Věra Jourová, declarou: «Para estas férias de verão, os europeus obterão simplesmente o que veem quando reservam as suas férias. A comparação e a reserva do hotel ou do alojamento em linha tornaram-se rápidas e fáceis para os

consumidores. Agora, os consumidores podem também ter confiança de que o preço que veem inscrito na primeira página será efetivamente o preço a pagar no final. Estou muito satisfeita pelo facto de o Airbnb se ter disposto a cooperar com a Comissão Europeia e com as autoridades nacionais de defesa do consumidor para melhorar o funcionamento da sua plataforma. Espero que outras platafor-

mas sigam o exemplo.»

O Airbnb abordou todos os pedidos formulados pela Comissão Europeia e pelas autoridades nacionais de defesa do consumidor, lideradas pela Autoridade de Defesa do Consumidor da Noruega, com vista ao pleno alinhamento das suas práticas e condições pelas regras da UE em matéria de defesa do consumidor."

Deputados portugueses eleitos

vice-presidentes de Comissões Parlamentares

Cinco eurodeputados portugueses eleitos vice-presidentes de comissões parlamentares

Francisco Guerreiro (Verdes): primeiro vice-presidente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, eleito por 38 votos contra seis da candidata do grupo Identidade e Democracia, Maxette Pirbakas; Margarida Marques (Socialistas e Democratas): terceira vice-presidente da Comissão dos Orçamentos, eleita por

aclamação; José Gusmão (Esquerda Unitária Europeia): quarto vice-presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, eleito por aclamação; Maria Manuel Leitão Marques (Socialistas e Democratas): quarta vice-presidente da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores, eleita por aclamação;

Cláudia Monteiro de Aguiar (Partido Popular Europeu): quarta vice-presidente da Comissão das Pescas, eleita por 19 votos contra oito da candidata do grupo Identidade e Democracia, Rosanna Conte.

Saiba mais:
<http://www.europarl.europa.eu>